

Vetores de direções opostas: 20 anos de política educacional no estado de São Paulo¹

Fonseca, Vitória Azevedo da

Vetores de direções opostas: 20 anos de política educacional no estado de São Paulo¹

Laplace em Revista, vol. 3, núm. 1, 2017

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756521014>

DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731232p.148-163>

Atribuição não comercial internacional. Direitos de compartilhar igual e dar crédito aos autores e periódico.



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Vetores de direções opostas: 20 anos de política educacional no estado de São Paulo¹

Vectors of opposing directions: 20 years of educational policy in the state of São Paulo

Vectores de direcciones opuestas: 20 años de la política educativa en el estado de São Paulo

Vitória Azevedo da Fonseca

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

vitaze@yahoo.com.br

DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731232p.148-163>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756521014>

Recepção: 10 Janeiro 2017

Aprovação: 10 Março 2017

RESUMO:

Este trabalho propõe uma análise diacrônica das diferentes gestões do sistema de ensino estadual de São Paulo, a partir de um levantamento de instrumentos normativos ao longo de 20 anos, de 1995 a 2015. Neste período, houve uma movimentação legal significativa, o que faz supor ser a área educacional valorizada ao longo desses anos. No entanto, também foi possível identificar que o discurso empresarial para a construção de uma estrutura mais eficiente não foi efetivado e, em diversos casos, as ações específicas dos diferentes secretários de educação acabavam por se anular por falta de direcionamento claro, indicando uma falta de projeto educacional de longo prazo, o que faz com que, depois de tantos anos de gestão a rede de ensino de São Paulo não se aproxima do pretendido e anunciado nos discursos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública educacional, São Paulo, Educação.

ABSTRACT:

This article proposes an analysis of the different administrations of the school system of the state of São Paulo, from a study of the legal instruments from 1995 to 2015, which suggests that education is valued by management. However, it was also possible to identify that entrepreneurial discourse to build a more efficient structure was not carried out and in several cases, the specific actions of the different secretaries of education ended annulled by the lack of clear direction, indicating a lack of a project, which means that, after so many years of management of the São Paulo school system, the project proposed in the political speeches is not carried out.

KEYWORDS: Education policy, São Paulo government, Education.

RESUMEN:

Este artículo propone un análisis diacrónico de las diferentes gestiones del sistema de enseñanza del estado de São Paulo, a partir de un estudio de los instrumentos jurídicos a lo largo de 20 años, desde 1995 a 2015. En este período hubo una agitación legal significativa, lo que hace suponer que el área educativa fue valorizada a lo largo de esos años. Sin embargo, también fue posible identificar que el discurso empresarial para construir una estructura más eficiente no se llevó a cabo y, en varios casos, las acciones específicas de las diferentes secretarías de educación terminaron anuladas por la falta de una dirección clara, por la falta de un proyecto educativo de largo plazo. Esto significa que, después de tantos años de gestión, el sistema escolar de São Paulo no se aproxima al pretendido y propuesto en los discursos políticos.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas educativas, São Paulo, Educación.

INTRODUÇÃO

A rede de ensino do Estado de São Paulo, desde 1995, vem sendo gerida e sofrendo transformações pautadas pelo ideário político do qual faz parte o partido dos governadores do estado nos últimos 22 anos, passando por Mário Covas, Geraldo Alckmin, José Serra e seus vice-governadores. Considerando essa perspectiva, este texto, parte de um trabalho mais amplo, apresenta uma análise diacrônica das diferentes gestões buscando a coerência entre os discursos e as práticas, bem como a existência ou não de continuidade entre as gestões na secretaria de educação de São Paulo.

A partir de um levantamento de instrumentos normativos ao longo de 20 anos, no período de 1995 a 2015, foi possível identificar características específicas nas diferentes gestões e indicar uma movimentação legal não desprezível o que nos faz supor ser a área educacional valorizada ao longo desses anos. No entanto, por outro lado, também foi possível identificar que o discurso empresarial para a construção de uma estrutura mais eficiente não foi efetivado e, em diversos casos, as ações específicas dos diferentes secretários de educação acabavam por se anular por falta de direcionamento claro, indicando uma falta de projeto educacional de longo prazo, o que faz com que, depois de tantos anos de gestão a rede de ensino de São Paulo não se aproxima do pretendido e anunciado nos discursos políticos.

POLÍTICA EDUCACIONAL EM SÃO PAULO: DO GOVERNO COVAS À ALCKMIN

Em 1995, foi lançado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que define objetivos e diretrizes para uma reforma administrativa. De acordo com Dantas, o documento apresenta as bases para implantação do que chama de “administração pública gerencial” que estaria baseada em ideias de administração e eficiência, em busca de resultados. Essa ideia foi proposta por Bresser-Pereira numa compreensão limitada dos conceitos da teoria da administração pública.

O documento propõe a superação da administração burocrática, em busca da administração gerencial. O primeiro anacrônico, ineficiente e rígido, e o segundo, eficiente e flexível. Nesse sentido, naquele momento, alguns ingredientes das mudanças a serem implementadas pelos governos partidários da proposta, notadamente, o PSDB, já estavam sendo lançados em documentos norteadores. No entanto, é preciso questionar até que ponto o discurso foi coerente com a prática; até que ponto foi feito o que se dizia fazer e, até que ponto, as pressões sociais influenciaram nas decisões governamentais, considerando necessidades de aceitação, principalmente em momentos próximos a eleições e reeleições. Ao longo dos 20 anos de governo, de 1995 a 2015, passaram pela Secretaria de Educação seis secretários de estado que impuseram suas marcas nas ações do governo. Durante estas gestões, houve maior ou menor movimentação legal, como podemos perceber pelos gráficos abaixo.

A partir de um levantamento da documentação legal, foi consultado o portal do Governo do Estado de São Paulo, que reúne Leis, Leis complementares e decretos do executivo, retrocedendo até o ano 2000 e, para anos anteriores, a legislação está disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. As resoluções foram levantadas também no Portal da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. A tabela 1 indica a documentação previamente levantada, bem como os respectivos governos e secretários de educação. A partir da tabela é possível identificar o número de leis e decretos produzidos no âmbito educacional em comparação ao número total.

TABELA 1
Levantamento de instrumentos legais de 1995-2015

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Mário Covas			Mário Covas			Geraldo Alckmin		Geraldo Alckmin/ Lembo				José Serra/ Goldman			Geraldo Alckmin/ Lembo					
Secretários (as)	Teresa Roseley Neubauer			Gabriel Chalita			Vasconcelos			P.Renato			Herman Voorwald								
LEIS																					
Promulgadas	277	140	427	293	294	215	315	305	283	199	366	331	275	516	609	417	348	238	349	370	437
Educação	61	25	111	54	44	36	28	34	26	22	15	14	14	26	21	0	0	6	3	1	17
LEIS COMPLEMENTARES																					
Promulgadas	16	17	17	16	7	27	18	26	16	11	19	20	33	51	16	28	30	29	36	25	22
Educação	4	2	2	0	1	7	4	8	6	5	6	3	8	10	5	2	5	5	4	2	
DECRETOS - Executivo																					
Editados	731	914	1241	976	882	966	875	1081	836	928	1129	998	1141	1332	1376	1322	1092	1102	1193	1009	456
Educação	27	24	20	20	15	33	30	46	46	54	48	79	54	86	110	103	71	79	40	47	127
RESOLUÇÕES																					
Editadas	7	6	5	5	2	3	9	15	9	5	8	8	17	25	30	28	38	56	43	45	58

Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2016. Elaboração própria.

A partir dos levantamentos apresentados na Tabela 1, é possível, através da separação em tipos de instrumentos legais, observar, em termos gerais, algumas características das diferentes fases do governo, nestes 20 anos. Analisando a primeira linha da Tabela 1, podemos identificar um grande número de leis promulgadas referentes à Educação no período de 1997, na gestão de Rose Neubauer. No entanto, este número, que ultrapassa 100, refere-se, em sua grande maioria, em leis que nomeiam escolas, a partir de PLs apresentados por parlamentares, movimento este que, esgotadas uma grande onda de alteração de nomes de escolas ocorridas entre 1995 e 1997, o número de Leis relacionadas à Educação diminuiu consideravelmente ao longo dos anos, chegando a zero entre 2010 e 2011. Um aspecto que chama a atenção, mas que não é objetivo deste trabalho analisar, é o grande número de Leis promulgadas na gestão de José Serra, entre os anos de 2008 e 2009, ultrapassando, a média das outras gestões.

É interessante notar que, no início da gestão Neubauer, o número de Leis Complementares relacionadas à Educação é menor que em outros períodos, e, novamente, há um número grande de Leis Complementares, que destoa do restante, no ano de 2008, na gestão de José Serra, número que também aumenta no que diz respeito a LCs relacionadas à Educação. Dentre os decretos do Executivo, notamos que há um aumento de decretos na área educacional, entre 2008 e 2010. Em termos gerais, novamente os anos de 2008 e 2009, apesar de levemente, ainda apresentam um número de instrumentos maiores que os demais anos. No entanto, diferença maior, em termos de instrumentos legais, pode ser observada no número de Resoluções editadas nos diferentes períodos. É visivelmente a tendência de aumento da utilização deste instrumento para implementação de normas na área educacional. O número de resoluções aumenta consideravelmente com o passar dos anos, saindo de menos de 10, em 1995, indo para mais de 50 em 2015.

No Gráfico 1, com dados exclusivamente da área educacional, os números indicam uma tendência de utilização de instrumentos legais para implementação de políticas públicas para Educação. É perceptível uma tendência ao aumento na utilização de Resoluções, principalmente nos últimos 10 anos, bem como um aumento no número de Decretos na área educacional a partir da primeira gestão de Geraldo Alckmin, com um pico na gestão de José Serra, e uma tendência de diminuição nos anos seguintes. Além disso, o número de Leis e Leis Complementares também diminuem com o passar do tempo, o que indica poucas alterações, ou inovações educacionais por meio destes instrumentos legais, Gráfico 1 - Número de Leis, Leis Complementares, Decretos e Resoluções, promulgadas e editadas entre 1995-2015, com relação à área educacional

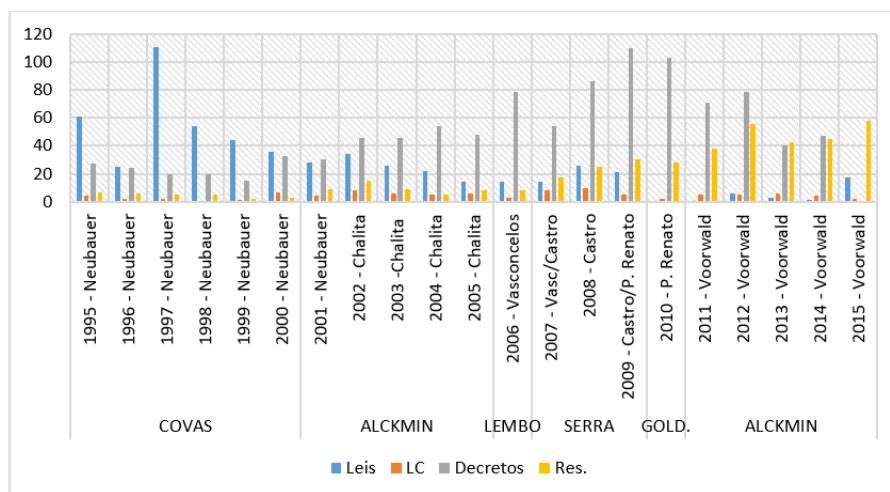


GRÁFICO 1
Leis, Leis Complementares, Decretos e Resoluções (Educação)

Fonte: Tabela 1. Elaboração própria

Em termos de movimentação legal, não é possível afirmar que a área educacional tenha recebido pouca atenção neste período de governo. No entanto, considerando a proposta, supostamente coesa, do partido político à frente do governo, será que é possível afirmar que existe um único direcionamento das ações, com complementações e melhorias ao longo do tempo? Será que é possível afirmar que a cada gestão um novo degrau vai sendo construído? Será possível afirmar que, depois de 20 anos, a administração gerencial proposta foi implementada e a administração burocrática descartada? Rose Neubauer, a primeira secretária, assumiu a pasta de Educação em 1995, juntamente com o governador Mário Covas, o primeiro governador do PSDB. De acordo com Dantas, este foi o momento da gênese da mudança. Covas, em seu discurso de posse, lança as bases do novo governo.

Vamos reinventar as práticas administrativas, usando formas empresariais de gestão. Vamos promover parcerias inovadoras com o setor privado e com o setor das associações voluntárias, delegando a produção de serviços públicos a quem tiver maior competência para fazê-lo. Vamos priorizar os investimentos com base em critérios de eficiência social e econômica. Vamos transformar empresas estatais e repartições públicas em centros de produção de resultados, para que possam prover serviços de qualidade para a população. Vamos descentralizar a gestão e avaliar os resultados, usando as tecnologias da informação para conferir autonomia às unidades locais – escolas, hospitais, distritos policiais, postos de saúde, escritórios regionais, serviços de assistência social e assim por diante –, e vamos mobilizar a população usuária para que avalie o desempenho dos serviços prestados (COVAS, M. Discurso de Posse, 1995, apud DANTAS, 2013, p.38)

Tendo como foco um discurso de melhor gestão, iniciou-se um processo de reestruturação, ou, usando termos da área de gestão empresarial, uma reengenharia. Em termos de instrumentos normativos, considerando as Leis, propostas pelo Poder Executivo, as Leis Complementares, os Decretos e as Resoluções, uma das primeiras ações do Poder Executivo foi a reestruturação burocrática da Secretaria de Educação, que, de acordo com declarações de Rose Neubauer, era ineficiente pois inchada

Algumas ações de “enxugamento” da estrutura podem ser observadas logo no início da gestão. Por exemplo, em janeiro de 1995, em uma declaração ao Jornal Folha de São Paulo, a secretária de Educação do Estado de São Paulo anunciou sua intenção de “acabar com a reprovação”, sendo esta uma briga que será travada ao longo de vários anos. “Vai ser criado um sistema em que a reprovação do aluno exija uma justificativa forte”. A secretária, de acordo com o artigo, afirmou que em algumas escolas já seria possível implementar tal sistema. A justificativa para tal ação, no entanto, é clara no artigo: “Escândalo é a reprovação anual de 1,5 milhão de alunos – um gasto de US\$ 600 milhões”, ou seja, no afã de “otimizar” os gastos, a reprovação será combatida a qualquer preço.

Além disso, iniciou-se um processo de cadastramento e informatização de dados escolas da rede estadual, coerente com o discurso de administração eficiente, considerando ser importante ter informações para o controle estrito da aplicação de recursos. É importante lembrar a defesa de uma administração sem desperdícios, sem redundâncias de funções, e daí, a promoção do enxugamento da estrutura. No entanto, podemos considerar que, a mesma ideia, aplicada a uma estrutura governamental pautada pelo clientelismo e pela “politicagem” é altamente desejável. No entanto, quando esse mesmo tipo de ideia compromete a oferta daquele serviço pois o “enxugamento” chega a ponto de inviabilizar a qualidade, a ideia de efetividade, que dialoga com a ideia de eficiência, desvirtua o papel do Estado. Qual é o limite entre uma eficiência desejável que combata o clientelismo e o desperdício do dinheiro público, e a suposta eficiência que compromete a qualidade em função de um “enxugamento” irresponsável na busca frenética por uma suposta redução de gastos? Vamos lembrar que na oferta de serviços de qualidade, diversas empresas trabalham com “fatores de segurança”, com redundâncias, que poderiam ser compreendidas, nesta lógica estreita de administração praticada pelo governo, como “desperdício”. Em uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Rose Neubauer declarou, sobre a questão financeira:

Se você pegasse todos os recursos que devem ser gastos no âmbito do governo estadual, um orçamento de R\$ 3,5 bilhões, e todos os recursos que deveriam ser gastos pelos municípios, por baixo R\$ 2,5 bilhões, a soma são R\$ 6 bilhões. Se se dividisse isso pelos 8 milhões de crianças que nós temos no pré-escolar, 1º e 2º graus, nós teríamos um custo-aluno de R\$ 750. É o dobro do que o Estado tem hoje para cuidar dos seus próprios alunos. Nós queremos repassar recursos e alunos para as prefeituras. Deixar com a secretaria apenas a gerência, a fiscalização e talvez o 2º grau. Mas as prefeituras são contra porque isso disciplina o dinheiro. Hoje, as prefeituras, com R\$ 2,5 bilhões, cuidam de 1,2 milhão de alunos. O Estado, com R\$ 3,5 bilhões, cuida de 6,5 milhões (NEUBAUER, 1999, p.1)

As primeiras ações, apoiadas em um discurso de racionalização da administração, estiveram focadas no processo de reorganização, cadastramento de alunos e municipalização. No entanto, apesar de afirmações posteriores, de que o objetivo era universalizar a educação, pois havia um grande número de alunos fora das escolas, as ações observadas, e nas quais estavam empenhadas a secretaria de educação, não seguia nessa direção, ao contrário, acabou por gerar uma série de problemas de vagas, pois, ao invés delas serem ampliadas nesse processo de reorganização, elas foram reduzidas. Assim, é possível dizer, a posteriori, que o legado deixado por essa fase da administração foi a universalização, mas, não é possível afirmar que este foi o foco da gestão naquele momento. Com as ações para a progressão continuada, é possível dizer que havia uma preocupação, de fundo, de diminuir a evasão, no entanto, a principal justificativa, como vimos, foi a contenção de gastos já que cada ano a mais que o estudante permanece na escola, gera mais gasto. Em um artigo publicado na Folha de São Paulo, o autor aponta para uma estrondosa diminuição nas vagas escolares:

A sinistra matemática imposta pela Secretaria da Educação revela-nos as seguintes verdades: a) o Estado de São Paulo fez desaparecerem, de 1995 a 1997, cerca de 598.082 vagas da 1ª à 4ª série; b) também fez desaparecerem, de 1995 a 1997, cerca de 30.470 vagas da 5ª à 8ª série; c) os municípios paulistas criaram, de 1995 a 1997, cerca de 397.151 vagas da 1ª à 4ª série; d) eles também criaram, de 1995 a 1997, cerca de 32.199 vagas da 5ª à 8ª série; e) desapareceram efetivamente 200.391 vagas da 1ª à 4ª série de 1995 a 1997. Assim, se o Ministério da Educação detectou que 315.258 crianças e adolescentes não têm onde estudar no Estado de São Paulo, a responsabilidade só deve ser devotada ao atual governo, que fechou, ao todo, 628.552 vagas, quase o dobro do apontado pelo MEC. (LOPES, 1999)

Esse artigo contrapõe-se ao texto da própria secretaria, intitulado “O mito da redução de vagas” no qual argumenta, com sua lógica matemática estreita, que isso não ocorreu. “Alega-se que o governo do Estado de São Paulo tem reduzido as matrículas nas escolas públicas estaduais. Essa alegação é falsa”, informa. De acordo com a secretaria, o número de alunos no estado sem frequentar a escola, de acordo com o Censo Escolar não indica a realidade e uma leitura apressada leva a imaginar que faltam vagas. Para ela, “Para avaliar adequadamente essa realidade, é preciso levar em conta os resultados da modernização e da informatização nas matrículas da rede estadual de ensino, a transferência de alunos das escolas estaduais para as municipais e, por fim, a dramática queda do número de alunos em idade escolar, por força da redução da taxa de crescimento

da população do Estado". Esse último argumento, inclusive, frequentemente utilizado como forma de indicar a necessidade de fechamento de escolas, como foi observado no processo de reorganização de 2015.

A partir da lógica de reunião de dados matemáticos que parecem aproximar-se do discurso do "óbvio", se constrói uma argumentação aparentemente coerente que parece não deixar brechas para contestação. No entanto, apesar desses dados, as críticas, de todos os lados, continuam existindo e a qualidade da educação oferecida continua sendo questionável. A secretaria conclui seu texto, como seria de se esperar, com o seu maior argumento: "Não faz sentido, portanto, demandar a criação de vagas com base em informações falsas ou errôneas: isso seria gerar desperdício e mau uso dos recursos públicos". Na sua matemática estreita, a palavra desperdício é como algo a ser severamente temido. Mas, como indicamos acima, é chamado de desperdício por alguns, o que poderia ser chamado de "margem de segurança" para outros com o foco, não em economizar, mas, em oferecer serviço de mínima qualidade.

Da mesma maneira, o processo de municipalização, observando os diversos discursos vinculados na época, estiveram focados na questão financeira. A secretaria Neubauer afirmava constantemente que o Estado gastava mais que o município, e o município, como responsável pelo Ensino Fundamental, séries iniciais, deveria se responsabilizar. Em fins de 1995, foi instituído um processo de Reorganização escolar, atrelado ao processo de municipalização, e, posteriormente, a extinção de cargos, medidas claras para a redução da estrutura e tentativa de economia de gastos.

Comparando o número de instrumentos legislativos entre o período da gestão de Rose Neubauer com os outros secretários, o número é menor. No entanto, foram tomadas medidas de grande impacto, o que não significa necessariamente melhoria na qualidade da educação. Investiu-se em uma reorganização, mas, pouco investimento em salários e carreira.

Houve continuidade da gestão de Rose Neubauer? Em termos gerais sim pois os outros seguiram a mesma lógica. No entanto, isso não significa que não houve críticas e denúncias, por parte de pessoas do mesmo partido político, de falta de continuidade e de abandono de ações já iniciadas. Aliás, a gestão da educação no estado de São Paulo é marcada por mudanças constantes, com novos programas, novas implementações, alterações que, muitas vezes parecem ser incompreensíveis e acabam por gerar uma falta de permanência em práticas que poderiam ser consolidadas. Frequentemente, alterações de final de ano geram instabilidade dentre a classe docente e comunidade escolar. Nesse sentido, podemos questionar se a lógica da eficiência poderia ser aplicada numa prática de geração de constante mudança e instabilidade. Além disso, a constante alteração de medidas implementadas por meio de resoluções e decretos, que, no ano seguinte, são novamente alteradas.

Ao assumir o governo, após a morte de Mário Covas, em março de 2001, o novo governador Geraldo Alckmin deu continuidade, junto a Rose Neubauer, o que vinha sendo implementado. No entanto, no último ano do mandato, antes de vencer as eleições seguintes, houve a troca de secretário da Educação, passando a ser Gabriel Chalita. Assumindo, no entanto, como governador eleito, em 2003, Alckmin lançou o seu próprio documento e diretrizes para a área educacional, um documento intitulado Política Educacional da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (2002) no qual três pilares de gestão são apresentados: o governo como prestador de serviço de qualidade, como educador e como solidário. De acordo com Dantas,

Surge do primeiro pilar a ideia de parcerias e convênios com instituições governamentais e não governamentais. Assim, há a previsão de participação das entidades privadas na educação pública. O objetivo de o governo ser um educador é perseguido por meio do uso de indicadores objetivos como forma de avaliar os resultados e realimentar estratégias de ação. Assim, considera-se que todos os que trabalham na educação, dentro do âmbito de responsabilidades deveriam estar envolvidos com o processo de construção de uma escola eficaz. (DANTAS, 2013, p.52)

O secretário Chalita, na tentativa de mudar a imagem da secretaria de educação, construída na gestão de sua antecessora, proferiu palestras, visitou diferentes diretorias, buscando um contato maior com os docentes. Em 2003, foi criada a "Escola da Família", aberto para a comunidade aos finais de semana, com a oferta de bolsas para alunos universitários que tinham 50% das mensalidades custeadas pelo Estado. Além disso,

criou-se o evento “A Escola dos nossos sonhos”, ouvindo os professores, cujas sugestões supostamente seriam orientadoras do Plano Estadual de Educação. 514 Escolas de Tempo Integral foram criadas a partir da Resolução SEE nº 89/05, funcionando em um período de 9 horas e com a existência de oficinas curriculares “Orientações para estudo e pesquisa, Hora da Leitura, Experiências Matemáticas, Inglês, Informática Educacional e Empreendedorismo.” (DANTAS, 2013, p.55). Deu continuidade à ideia do combate à reprovação com a progressão continuada, alvo de críticas, realizado de cima para baixo, sem debate, mais ou menos como o processo de reorganização. De acordo com Ramos (2016) Chalita teria dado continuidade às práticas administrativas anteriores,

Dando continuidade à sua prática administrativa anterior, este conservou as políticas iniciadas na administração de Neubauer. Todavia, Chalita acabou se destacando também por algumas políticas próprias, como aquelas voltadas para a capacitação do magistério (Programa Letra e Vida, Programas Teia do Saber e Rede do Saber, Bolsa Mestrado, entre outras) e para inclusão social por intermédio da escola (Programa Escola de Tempo Integral, Programa Escola da Família, entre outras), fortalecendo o slogan de “Governo Educador, Solidário e Empreendedor” impresso por Alckmin em sua gestão. (RAMOS, 2016, p.551)

No entanto, de acordo com algumas críticas da própria Rose Neubauer e também de Paulo Renato Souza, houve um rompimento na gestão de Gabriel Chalita. Em uma entrevista com Rose Neubauer, a ex-secretária critica a falta de continuidade na gestão de Chalita.

O reforço semanal, a recuperação nas férias e a capacitação do professor a partir da avaliação. Não adianta haver a avaliação, ficarmos discutindo, e isso não redundar em uma capacitação de professor, por escola, nas áreas onde os estudantes foram pior. Não adianta ficarmos comprando curso de capacitação para aquilo que o professor tem interesse se não trabalharmos uma capacitação muito bem pontuada [refere-se aos programas de formação continuada da gestão Chalita]. Escolas com notas seis podem ter dificuldades diferentes. Não adianta dar bolsas de pós-graduação para o professor se a secretaria não faz uma capacitação voltada para a correção da problemática do desempenho dos alunos [outra referência a um programa da gestão Chalita, o Bolsa Mestrado]. É uma pena. Se São Paulo tivesse utilizado esses instrumentos, estaria melhor. (NEUBAUER, 2007)

Com o afastamento de Geraldo Alckmin para concorrer às eleições, Claudio Lembo assumiu o lugar, escolhendo Maria Lúcia Vasconcelos para assumir a secretaria de educação. No entanto, no início de 2007, já com José Serra como governador, ela continuou na pasta até meados do ano. A secretaria Maria Lúcia Vasconcelos, de acordo com Ramos, “que, em ritmo de final de mandato, acabou basicamente dando continuidade aos programas em educação criados ou mantidos durante o governo Alckmin.” (RAMOS, 2016, p.552). No entanto, José Serra apresentou suas próprias propostas.

Logo de início, lançou um novo programa estadual de educação chamado: ‘Uma nova agenda para educação pública’, que estipulava o cumprimento de 10 metas até 2010, dentre elas: reduzir 50% das taxas de reprovação da 8ª série e do Ensino Médio; fazer programas de recuperação nos ciclos finais; melhorar em 10% as notas em avaliações nacionais e estaduais; atender 100% dos jovens e adultos do Ensino Médio com currículo profissionalizante; utilizar a estrutura de tecnologia da informação e da Rede do Saber para programas de formação continuada de professores na própria escola; descentralizar e/ou municipalizar o programa de alimentação escolar (SÃO PAULO, 2007). Com isso, reforçava-se a ideia de construção de um modelo de escola reinventada e pautada pela qualidade (ESTADO DE SÃO PAULO, 2007). (RAMOS, 2016, p.552)

No mandato de José Serra, sua principal ação foi o corte no Programa Escola da Família e o Programa de contratação de estagiários de Pedagogia para as aulas de alfabetização, apresentado para a sociedade como “o segundo professor em sala aula”. Na gestão de Vasconcelos, no entanto, são noticiados alguns cortes em programas educacionais. Uma pequena notícia na Folha de São Paulo, na coluna de Mônica Bergamo, anuncia que Vasconcelos suspendeu, por tempo indeterminado, a compra de livros paradidáticos por considerar um valor muito alto e por não saber “o que está comprando”. O texto informa que o negócio com as editoras chegou a 9,7 milhões e que isso seria “encrenca das boas” no terreno de Geraldo Alckmin e Gabriel Chalita. Em uma reportagem de novembro de 2006, a secretaria, apresentou as suas prioridades para 2007 com dados contrastantes com os apresentados anteriormente, por Geraldo Alckmin. “[...] a secretaria

permanece à frente de uma rede que ela considera como longe do ideal, em que 44,5% dos alunos da quarta série estão em estágio crítico ou muito crítico em português (segundo o Saeb, exame do governo federal) e em que 8% dos estudantes do ensino médio abandonam a escola". (FOLHA, 2007)

O discurso é semelhante à de início de governo, que pretende solucionar os problemas começando pelo que acha mais importante. Assim, o foco é a alfabetização, a base do processo educacional e o currículo do Ensino Médio, que, segundo a secretária, não leva a nada. Em relação aos docentes, informou sobre a necessidade de melhorar a carreira, mas, premiando os "melhores". Iniciando a gestão de José Serra em janeiro de 2007, Vasconcelos foi um dos quatro secretários mantidos no governo. Foi possível perceber embates em relação à gestão anterior. Em, pelo menos, três momentos, a secretária fez críticas ou referências a rompimentos em relação aos projetos desenvolvidos na gestão anterior. Em janeiro, o jornal Folha de São Paulo noticiou o corte de verba para o programa Escola da Família, vedete de Alckmin. A secretária "[...] determinou a drástica diminuição do número de escolas abertas à comunidade nos fins de semana: de 5.200 para 2.334 unidades". Segundo ela. "O projeto é bom. Não tenho crítica a fazer à qualidade do projeto. O problema é racionalizar para continuar funcionando onde é útil de fato. Dinheiro público também acaba". Ou seja, ela indica um superfaturamento e um gasto excessivo com o programa. A reportagem aponta valores "o orçamento do programa passará dos atuais R\$ 216 milhões para R\$ 108 milhões anuais". Uma das justificativas é a baixa frequência. Em função do corte, informa a reportagem, "serão dispensados os educadores profissionais das escolas que serão desativadas nos fins de semana, os gestores deixarão de receber um pró-labore e será reduzido o número de coordenadores regionais do programa".

Em fevereiro de 2007, diante das notícias do desempenho ruim das escolas estaduais de São Paulo no ENEM, a secretária afirmou ser um alerta e que seria necessário rever a questão da progressão continuada, propondo a diminuição do ciclo. Em uma entrevista em março do mesmo ano, Vasconcelos sugeriu que o estado de São Paulo não tem falta de verba para investir em educação, sendo o quarto maior orçamento do país, mas o problema é onde se investe o dinheiro. "[...] o dinheiro da Educação é suficiente (...) É o quarto maior orçamento do país -só perde para a União, o Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo. Não é o momento de aumentar os recursos e sim de discutir como usá-lo. Trata-se de gastar corretamente." As críticas que apresenta, indica claramente uma discordância em relação ao governo anterior.

A EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO SOB A LÓGICA DA AVALIAÇÃO E REORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Em julho de 2007, supostamente por problemas pessoais, ocorre uma substituição da secretária de educação por Maria Helena Guimarães de Castro, que permanecerá no cargo até 2009. Dos meses que permaneceu à frente da secretaria, Vasconcelos apresentou resistência e contrariedades em relação ao secretário anterior, inclusive, com corte de programas. Fez críticas em relação ao uso de verbas, não deu continuidade a programas. Parecia evidente a oposição entre eles. No geral, poucas alterações foram feitas, nesse período e a ênfase da administração recaiu sob a questão da alfabetização, nas escolas regulares. Castro, responsável por medidas significativas e o processo de implementação de uma Proposta Curricular do Estado de São Paulo, foi a segunda secretária da gestão José Serra. Ela assumiu a pasta em 25 de julho de 2007 e sua saída é anunciada no dia 27 de março de 2009, sendo que, efetivamente deu lugar ao novo secretário no dia 13 de abril de 2009. O seu currículo indicava experiência nas questões de avaliação em larga escala, exercendo vários cargos ligados à SEE, tanto no nível estadual quanto federal.

Maria Helena, por sua vez, ficou no cargo até o final de 2009 e conseguiu concentrar em sua gestão a maior parte das principais políticas educacionais criadas durante o governo Serra, como: a vinculação da política de bonificação à avaliação do desempenho do magistério e da escola; a implantação do Programa de Valorização pelo Mérito; a aprovação da nova proposta curricular para o Ensino Fundamental e Médio; a redefinição das matrizes de referência do SARESP; a criação dos programas Ler e Escrever, São Paulo faz Escola e Recuperação da Aprendizagem; a instituição do Programa de Qualidade da Escola (PQE) e do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDES) (RAMOS, 2016, p.552)

A partir dos resultados das avaliações foram lançadas dez metas para serem atingidas até 2010. Em diversos momentos, em declarações na imprensa, e também em atos normativos, foi possível perceber uma prática de crítica da gestão anterior, tanto das falhas quanto das concepções. No dia em que assumiu o cargo, em 25/07/2007, Maria Helena Castro, em uma reportagem da Folha de São Paulo, apresentou suas ideias, com ênfase na avaliação e na premiação. “O professor que melhorar o desempenho dos estudantes e faltar pouco às aulas ganhará mais”, afirmou. Quando perguntada sobre o que seria necessário mudar na política que vinha sendo adotada, afirmou:

Principalmente o uso dos resultados das avaliações, que é uma coisa que não está sendo muito enfatizada. E também a gestão do sistema e da escola. A secretaria hoje é grande demais, não tenho elementos ainda para saber como está a supervisão do sistema. As diretorias de ensino têm de estar muito alinhadas às políticas do Estado para que possam cobrar os resultados na ponta.

A secretaria apresenta o discurso de que houve universalização do ensino e de que a próxima etapa é investir em qualidade, e, portanto, é necessária uma nova agenda. “O esforço pela busca de qualidade e de resultados tem que começar desde o início da vida escolar.” (CASTRO, 2007). Esse parece um discurso para justificar o enfoque no processo de alfabetização através de programas já iniciados de inserção de estudantes de graduação para fazer uma espécie de “estágio” na escola, e, atuando como um segundo professor em sala de aula, propagandeado como uma espécie de “avanço” na área. Maria Helena, que já atua na área de gestão educacional, tem uma presença marcante e ideias claras sobre suas propostas. Além da questão da formação continuada do professor, e da avaliação, a secretaria também defende a questão do currículo.

O ensino médio terá uma estrutura curricular com ênfase na sondagem vocacional. Os avanços incessantes na evolução tecnológica desafiam nossos jovens a se manterem constantemente preparados para os desafios da vida profissional. A rede estadual vai investir no ensino profissionalizante como optativo aos cursos noturnos e estabelecer parcerias com o setor privado para elevar a qualidade de ensino de informática e línguas. (CASTRO, 2007)

A ênfase é dada, no entanto, na prática da avaliação, apresentada como aquilo “que falta” para melhorar o ensino.

Faz parte dessa agenda a necessária avaliação das unidades escolares em função de critérios que comprovadamente afetam a qualidade do aprendizado. Esses critérios, de acordo com toda a experiência acumulada e a melhor literatura nacional e internacional, passam pelas avaliações de aprendizado (tanto externas, como provas estaduais e federais, como as taxas de aprovação e reprovação), pela assiduidade dos professores e pela estabilidade do quadro de profissionais da escola, entre outros fatores. (CASTRO, 2007)

O foco na avaliação e o estabelecimento de metas com a premiação dos “melhores”, é uma prática que cria competitividade e não tem comprovada efetividade na qualidade do ensino. Ou seja, é uma ideia que parte do ideário empresarial, tomada como uma verdade inquestionável, e aplicada como uma solução, que, no entanto, não obteve os resultados esperados a longo prazo. Maria Helena sai da pasta, de acordo com editorial da Folha de São Paulo “nó no ensino paulista”, apenas 20 meses depois de assumir. Segundo o mesmo editorial, em circunstâncias não esclarecidas. De acordo com a Folha de São Paulo, José Serra muda o secretário pela terceira vez. Maria Helena alega problemas pessoais, mas a reportagem indica que o governador estava insatisfeito com a atuação da mesma. Precedido por manchetes de resultados negativos na educação, como, por exemplo, o fato de grande número de professores terem tirado nota zero em uma avaliação e isso ter sido levado à Justiça; os resultados negativos dos alunos, abaixo das metas, e erros em materiais didáticos.

Serra considerou como falhas graves o erro no mapa das apostilas de geografia (que tinham dois Paraguais) e o critério para pagamento do bônus a professores e funcionários das escolas (alguns dos melhores colégios não receberiam nada, fórmula alterada na última hora), revelado pela Folha. O governador também não gostou do resultado da rede no Idesp (índice que considera notas de português e matemática e dados sobre evasão e repetência), divulgado semana passada. No ensino fundamental, quase 50% das escolas não melhoraram em um ano. Os dois divergiram ainda sobre a participação do Estado no Pisa, prova internacional a ser aplicada em maio. Alegando temor de uso político dos dados na campanha de 2010, Serra

queria que São Paulo não participasse do exame. Maria Helena defendeu a permanência. [...] Outra reclamação do governador a pessoas próximas é que Maria Helena adotou um discurso reativo na mídia, de confronto com os professores, e que não soube apresentar os avanços na área. (TAKAHASHI, SEABRA, 2009, p.C1)

De acordo com as declarações, o novo secretário, Paulo Renato, iria manter as diretrizes políticas e a mesma equipe. No entanto, apesar da suposição de desagrado com o desempenho de Maria Helena, e isso pode ser observado pelas polêmicas noticiadas pelo jornal Folha de São Paulo, há algumas indicações de que a troca do cargo teria implicações políticas. Assim, apesar da atuação técnica de Maria Helena Vasconcelos, o seu perfil, semelhante a Rose Neubauer no que diz respeito a imposição de algumas propostas e o embate com professores e líderes sindicais, esse perfil não parece ser o desejado em função da publicidade negativa que gera. Por outro lado, a questão política também parece ter sido significativa, o que indica o uso da área educacional como plataforma de lançamento político.

Paulo Renato Souza, saído do Ministério da Educação, assumiu a secretaria de educação no dia 13/04/2009, noticiado junto a uma reportagem da Folha de São Paulo sob o título. "Nenhuma escola de ensino médio atinge meta em SP". Ao ser questionado sobre o desempenho ruim da rede estadual de ensino, Paulo Renato, responsabilizou os professores e sua formação deficitária, de acordo com ele, um problema nacional. De acordo com declarações o desafio seria melhorar a qualidade de ensino, pois, segundo as avaliações do próprio estado, o desempenho dos alunos em matemática é baixo e nenhuma escola tem um padrão "primeiro mundo" almejado pelo governo. A proposta, para a atuação do novo secretário, é de continuidade. A gestão de Paulo Renato, em termos de instrumentos normativos, dentre Leis, Leis Complementares, Decretos e Resoluções, foi marcada por normas referentes ao FDE, várias referentes ao Bônus, uma prática recorrente nos outros anos, também a criação de uma Escola de Formação, convênios referentes a Educação Especial, várias normatizações referentes a Carreira, Educação de Jovens e Adultos, Centro de Estudos de Línguas, vários programas, alguns referentes a currículo e merenda escolar. De acordo com Ramos,

Nesse curto período, Paulo Renato conseguiu lançar ações bastante impactantes no setor com a criação do Programa + Qualidade na Escola, que envolveu, dentre outras coisas: a criação da Escola de Formação de Professores do Estado de São Paulo; as alterações no modelo de ingresso dos profissionais do magistério, com a introdução de curso de formação após o processo seletivo; e a criação de uma avaliação para os professores temporários como parte dos requisitos na escolha de aulas. (RAMOS, 2016, p.552)

Com a nova eleição de Geraldo Alckmin ao governo do estado, os secretários identificados com o "serrismo" foram afastados, incluindo o de educação. Aliás, segundo noticiado pela Folha de São Paulo, não houve uma boa aceitação da mudança por parte de Paulo Renato de Souza que foi substituído pelo ex-reitor da Unesp, Herman Voorwald. A atuação de Voorwald é marcada pelo que chama de "correção de rumo". A expressão indica a existência de direcionamentos considerados equivocados nas gestões anteriores. Dentre suas primeiras ações foi a criação de Polos a partir do qual ele estabeleceria um contato mais próximo dos professores. Através de uma série de encontros, foram levadas demandas e problemas, às vezes de simples resolução, enfrentados nas escolas e de desconhecimento da gestão superior, problemas desde o atraso na entrega de materiais até questões relacionadas ao Plano de Carreira.

O secretário Herman Voorwald, ao assumir o cargo, reuniu-se com representantes dos sindicatos para compreender a situação que iria enfrentar. Como um engenheiro, responsável por gerir um grande sistema, faz parte de algumas concepções, compreender o que acontece para melhor liderar. Por exemplo, os japoneses possuem a expressão "ir ao gemba" que significa, ir ao chão da fábrica para melhor compreender o que ocorre e assim, de fato, tornar o sistema mais eficiente dentro dos seus próprios propósitos. Não foi bem isso que o secretário fez, mas, uma reunião com representantes dos professores de uma das maiores redes de ensino do país. Em uma reportagem, publicada na Folha de São Paulo, em 10 de janeiro de 2011, uma entrevista é publicada na qual Voorwald descreve suas primeiras impressões. O título da reportagem é "Estado não se preocupou em ter docente motivado", título, aliás, aparentemente óbvio para quem atua ou está próximo do

sistema educacional público paulista. Voorwald aponta para a necessidade de resgatar a dignidade, aumentar salários, promover uma carreira mais atrativa. Dentre os pontos ressaltados, está a falta de contato com a rede, termo usado para referir-se ao conjunto de professores e gestores, que, na visão do secretário, é um problema.

A informação que tive das entidades é que há muito pouco contato [da administração] com a rede. Se o objetivo é dar o melhor aprendizado ao aluno, a pessoa que dá o aprendizado precisa se manifestar sobre as atividades que fará na aula. (VOORWALD, 2011)

Ou seja, essa falta de contato, a falta de respeito e a criação de um sentimento de desasco em relação aos professores é problemático na medida em que afeta o comprometimento e a motivação, fundamentais para que o trabalho, o qual se propõe realizar um sistema de ensino, seja realizado com eficácia. Assim, afirma o secretário “[...] a qualidade de ensino está relacionada ao comprometimento das pessoas”. Ele compara a situação com as universidades. “Em 1989, quando conseguiram autonomia, sempre priorizaram recursos humanos, para assegurar um quadro de servidores que garantisse qualidade institucional.” Isso na compreensão de que a qualidade institucional e a autonomia seriam necessárias ao trabalho de qualidade na área educacional. No entanto, o mesmo não ocorre no sistema estadual: “Não sinto o mesmo na educação fundamental e média. Honestamente, em uma semana que estou aqui, não sinto que a preocupação seja ter um quadro comprometido”. O secretário deixa claro que não há valorização do corpo docente. A partir disso, apresenta sua proposta: “Pretendo resgatar a dignidade dos professores, o que passa por salário e carreiras dignas. Se conseguir dar um passo nesse sentido, acho que trarei algo novo. Outro fator importante é o diálogo. As pessoas reclamam que a rede não consegue se manifestar”. Na visão de Voorwald a falta de respeito com os professores é um responsável por um sentimento geral de desconforto.

Senti uma desmotivação, uma leitura de desconsideração do papel do professor. Há o sentimento que o Estado não tem preocupação em formar bem os jovens. Esse sentimento não é bom. A fala foi geral, e a sinalização foi o quanto se paga para um professor que ingressa [R\$ 1.835, para jornada de 40 horas semanais]. Como você quer ter alguém comprometido, formado em boa universidade? (VOORWALD, 2011)

Por este trecho podemos perceber que sua visão é diferente da, por exemplo, visão expressa por Vasconcelos para a qual melhores salários não significa melhoria na educação. Para o secretário, parece claro que aqueles que são formados em boas universidades não vão se interessar em ganhar baixos salários. Para completar, Voorwald traz uma visão administrativa diferente da visão corrente, que é uma visão que não foge do viés administrativo, mas que é centrado no enfoque comportamental, que valoriza a atuação do trabalho para construir a eficácia do sistema. Quando perguntado sobre qual o motivo de, em pleno 2011, considerando que o PSDB governa o estado desde 1995, o sistema educacional ainda ser precário e não ter bons resultados, Voorwald responde:

Não sei dizer se foram apenas implicações econômicas ou de prioridade. Sei que minha prioridade é que recursos humanos serão o diferencial. Os programas da secretaria são bons, a gestão é boa, o material é bom. Podemos fazer reformas de prédios, se necessário. Tudo isso é administrável. O que não se consegue administrar matematicamente é o sentimento daquele que ministra dentro da sala de aula. (VOORWALD, 2011)

Ou seja, aparentemente, ao longo dos anos anteriores, a estrutura material da secretaria de educação de São Paulo foi sendo cada vez mais aperfeiçoada. No entanto, como é denunciado por sindicatos, docentes e outros setores sociais, o fator humano é negligenciado nesta proposta de gestão. Nesta primeira entrevista são lançadas as cartas de intenções, que, em linhas gerais, foram seguidas. Houve uma ampliação nos Planos de Carreira, facilidades para a evolução funcional, reajustes salariais. No entanto, ao final do mandato, apesar de algumas melhorias, ainda não se tornou uma carreira atraente. Há indicativos de que o secretário enfrentou resistências, principalmente financeiras, para que os reajustes fossem efetivados. Houve reajustes em cima da incorporação de gratificações. Mas, apesar disso, em anos de sua gestão foram os únicos, nos 20 anos de governo, que os salários chegaram a correção inflacionária, algo que logo se perdeu, sem o reajuste anual.

Os professores continuaram sem uma data-base e uma definição clara que reajuste anual, ou, pelo menos, correção inflacionária.

No entanto, uma proposta de reorganização muito semelhante à implementada por Rose Neubauer gerou uma série de protestos e ocupações de escolas que foi responsável pela saída do secretário, além de denúncias envolvendo a questão da merenda escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as práticas, e os discursos, na época de sua execução, é possível compreender as motivações para as ações, e observar que os limites dos discursos apresentados. Na gestão de Rose Neubauer, houve o processo de racionalização, enxugamento, reorganização da rede. Órgãos extintos, alunos cadastrados, sistema de avaliação implementada. Parecia que a qualidade da gestão estaria nesse processo de enxugamento. As ações foram feitas, escolas fechadas, durante oito anos de sua gestão, o sistema foi supostamente organizado. Com Gabriel Chalita, o foco voltou-se para a formação continuada dos professores. Ou seja, justificava-se naquele momento que a rede estadual não se transformou na melhor rede de ensino do Brasil em função da formação docente. Na gestão de Vasconcelos, muitas ações anteriores foram abandonadas e o foco voltou-se para a alfabetização e as primeiras séries. Considerando o curto tempo que permaneceu no governo, é, perceptível, no entanto, uma falta de visão mais ampla de todo o sistema de ensino. Sua sucessora, Maria Helena Castro, com ideias bem claras e uma atuação mais definida, diversas mudanças foram feitas. Em sua gestão, é implementado o Bônus atrelado aos resultados do SARESP, principalmente. Nesse processo de avaliação, é implementado uma Proposta Curricular, com estabelecimento de metas de aprendizagem. Além disso, foram criados espaços para formação continuada.

Herman Voorwald, último secretário analisado neste trabalho, fez um balanço das gestões anteriores ressaltando o que deixaram de legado. Segundo ele, nas primeiras gestões, de Covas e Alckmin, “São Paulo implantou medidas com foco na universalização do acesso à escola, na correção das distorções de idade/ série e na redução da evasão.”. Ou seja, de acordo com ele, foi possível chegar a quase 99% de jovens de 7 a 14 na escola, e, de 15 a 17 anos, chegar a 86,4% na escola. No entanto, como vimos, a universalização do ensino não foi o enfoque da gestão e sim, o enxugamento da estrutura. Na gestão de José Serra, ele ressalta como legado, a “a padronização curricular, com orientações aos docentes para todas as séries, inclusive por meio dos programas Ler e Escrever e São Paulo Faz Escola.”, ressalta a avaliação por meio de metas específicas para as unidades escolares. Também ressalta o atrelamento do Bônus a resultados. Ou seja, é como se, ao longo dos 16 anos anteriores, essas fossem as conquistas e as melhorias implementadas na rede de ensino estadual. Mas, como vimos, diversas outras medidas foram tomadas, mas, no entanto, não deixaram um legado.

Há, no entanto, um aspecto que o secretário aponta como sendo necessário modernizar: “a estrutura da Secretaria da Educação, que gerencia cerca de 5 milhões de alunos, 230 mil professores e 5,3 mil escolas e é baseada em um modelo administrativo anacrônico e burocrático.”. Ou seja, aquele discurso se “eficiência” e de modelo de gestão “gerencial” contra um modelo de gestão “burocrático”, criticado pelo documento lançado em 1995 não foi efetivado em 2011.

Depois de 20 anos, implementando, alterando, realizando estudos para que a rede estadual de ensino chegassem a um nível de excelência, podemos dizer que, a partir de ações, em geral, autoritárias, e “eficazes”, as medidas foram tomadas e foram sendo implementadas, com poucas vozes de discordância, notadamente, a dos professores, e líderes sindicais, que enfatizavam a necessidade de investir no professor. Apenas com Voorwald é que o discurso começa a sofrer alterações, considerando que o secretário apontou como necessidade a valorização profissional. Assim, apesar de um governo de 20 anos, com suposto projeto e valorização da área educacional, por que o estado de São Paulo não atingiu os resultados esperados, por que não se transformou na melhor rede de ensino do Brasil? Por que não atingiu os melhores índices? Por que a promessa do “São Paulo faz escola” não se concretizou? Estaria o problema nos conceitos? Eduardo Andrade,

em um debate organizado pelo jornal Folha de São Paulo, apresenta uma questão que me parece significativa e que pode ser observado através da análise diacrônica das diversas gestões. “As políticas educacionais no Brasil são de governo e não de Estado [ou seja, não têm continuidade]. Entra um governo, até do mesmo partido, como é o caso do PSDB em São Paulo, e as mudanças são gritantes.” (ANDRADE apud FOLHA, 2008)

Em uma entrevista, o diretor de uma das melhores escolas, segundo as avaliações de 2009 do estado de São Paulo, apresenta estes problemas. O diretor, com uma visão questionável de educação, mas, com um discurso semelhante ao do governo, explica como o próprio governo atrapalhava em suas metas. Ou seja, é como se este diretor estivesse seguindo na direção proposta pelo ideário apresentado, mas, é atrapalhado por cada gestão em particular. O Estado trabalha contra suas próprias ideias. Assim, para que sua escola pudesse ter os melhores resultados, ele deixou de seguir as normatizações da secretaria de Educação. “Aqui é uma escola maldita, que vai contra os modismos de cada secretário.”

Este diretor, com uma visão mais pragmática, apresenta o ponto de vista daquele que está em contato direto com o “chão da escola”. No entanto, logo percebeu que os diferentes direcionamentos apresentados nas diferentes gestões, caso fossem seguidas, deixariam a escola à mercê da maré, como deve ter ocorrido em diversas unidades escolares. A jornalista Laura Capriglione, no texto “Insustentável leveza”, publicado na Folha de São Paulo em agosto de 2010, faz uma análise semelhante. Após lançamento de uma medida para supostamente incentivar o aprendizado, o “vale-presente”, que seria dado a crianças com dificuldade no aprendizado, que frequentasse as aulas de reforço, o mesmo foi retirado antes de ser implementado. Isso virou mote para a jornalista fazer uma análise de uma prática recorrente na área educacional de São Paulo. “Tem sido assim a condução da educação pública paulista. Projetos ditos sensacionais em um dia evaporaram no dia seguinte. Isso ajuda a explicar por que são pífios os indicadores de desempenho escolar no Estado mais rico”. (CAPRIGLIONE, 2010)

Apesar de um discurso gerencialista, focado em qualidade e eficiência, parece que a prática, a longo prazo, está longe disso. Talvez possamos dizer que se vive um ciclo de “constrói/destrói” cujo objetivo principal seja superar os anteriores, criar impactos imediatos em busca de capitalização política. Investe-se em programas que possam gerar imagens positivas do governo, criam-se estratégias articuladas para maquiar situações e parecer algo que não é, e, efetivamente, apesar de orçamento não desprezível, o sistema é inchado e pouco eficiente. A visão de uma administração sem foco, voltado para resultados imediatos, para programas que gerem mídia é recorrente. O próprio secretário de educação Herman Voorwald, ao assumir a pasta, reconheceu esse tipo de falha no sistema, como vimos acima. Assim, os discursos indicam o processo de “racionalização” e construção de eficiência. No entanto, a prática, e uma análise diacrônica das ações das diferentes gestões, indicam, exceto em alguns elementos, a existência de ações que podem ser consideradas como de vetores de direções opostas, que, na soma, chegam a zero.

Ou seja, é possível indicar que, em diferentes gestões, com investimentos em programas e ideias sazonais, houve pouco investimento de longo prazo, e muito investimento pontual, com resultados midiáticos, que, em certo sentido, acabam sendo desperdício. Assim, considerando uma lógica administrativa estreita, focado em resultados de curto prazo e não em efetividade, o discurso da eficiência não se efetiva. Podemos observar muita movimentação legal, que, no entanto, indica não a implementação de uma política de governo para melhoria da educação do estado de São Paulo, mas pirotecnias pontuais de gestões que usam a Educação como plataforma de lançamento político e construção de imagens positivas, mas fugazes.

REFERÊNCIAS

- CAPRIGLIONE, L. A insustentável leveza. Folha de São Paulo. Opinião, 17/08/2010, p.6. Disponível em:<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1708201006.htm>
- CASTRO, M.H.G. de. Nova agenda da educação de São Paulo. Opinião. Folha de São Paulo. 20/08/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2008200709.htm>

- DANTAS, G.K.G. Política Educacional paulista (1995-2012): dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013.
- FOLHA de São Paulo. “Educadores divergem sobre bônus a professor do Estado”. Folha de São Paulo. Cotidiano. 12/03/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200822.htm>
- FOLHA de São Paulo. Paulo Renato ataca falta de continuidade. Folha de São Paulo. Cotidiano, 20/03/2007, p.17, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200717.htm>
- FOLHA de São Paulo. Secretaria de Covas faz críticas ao secretário de Alckmin. Folha de São Paulo. Cotidiano, 20/03/2007, p.18 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200718.htm>
- LOPES, M.R. A sinistra matemática da educação. Opinião. Folha de São Paulo, 11/01/1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz11019910.htm>
- NEUBAUER, R. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/01/cotidiano/13.html>
- NEUBAUER, R. O mito da redução de vagas nas escolas. Folha de São Paulo. Opinião. 04/01/1999. p.3. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/04jan.htm#>
- RAMOS, J. Racionalidade e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014: muito além das conjunturas Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 546-578, jul./set. 2016
- TAKAHASHI, F.; SEABRA, C. Serra muda secretário da educação de novo. Folha de São Paulo. Cotidiano, 28/03/2009, C1.
- VOOLWARD, H. Entrevista. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/169/correcao-de-rumo-234937-1.asp> Acesso em: set/2015
- VOORWALD, H. O Brasil precisa dos professores. Folha de São Paulo. Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1002201107.htm>

NOTAS

- 1 Este texto é parte do relatório de Pós-Doutorado, supervisionado pelo prof. Dr. Paulo Gomes Lima, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFSCAR – Campus Sorocaba. Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB – So e Grupo de Estudos e Pesquisa “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação” (GEPLAGE).

LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/download/232/474> (pdf)

ARTIGO RELACIONADO

[Artigo corrigido , vol. 3 (1), 148-163] <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/232/474>